

'FAKE NEWS' Para ministro, infrações serão apuradas em toda dimensão

## Dias Toffoli defende legitimidade de inquérito

**RAFAEL MORAES MOURA**  
Estádio Conteúdo, Brasília

O inquérito instaurado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar ameaças, ofensas e fake news disparadas contra integrantes da Corte e seus familiares vai apurar infrações cometidas "em toda a sua extensão", informou o presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli.

De acordo com Toffoli, a investigação, que corre sob sigilo, também vai se voltar para a identificação de atos criminosos e "associações de pessoas".

A manifestação escrita de Toffoli foi encaminhada ao ministro Edson Fachin, relator de uma ação movida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) contra a abertura do inquérito.

O relator havia pedido informações ao presidente da Corte.

Segundo Dias Toffoli, a portaria que instaurou o referido inquérito "evidencia legítima manifestação de vontade do Supremo Tribunal Federal em ver instaurada investigação contra supostos autores de crimes contra a honrabilidade e a

### Investigação também vai se voltar para a identificação de atos criminosos e 'associações de pessoas'

segurança da Corte".

"A apuração das infrações que motivaram a instauração do inquérito, como consignado na portaria, deverá ocorrer em todo a sua dimensão", o que compreende não apenas a investigação de atos criminosos isoladamente praticados, como também a identificação de associações de pessoas constituídas com o fim específico de perpetrar, de forma sistemática, ilícitos que vão de encontro aos bens jurídicos em questão", escreveu o presidente do Supremo.

#### Foco

Em sua manifestação, Toffoli destacou que o foco das investigações compreende também "o vazamento de



A manifestação escrita do presidente do STF foi encaminhada ao ministro Fachin

informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito".

Fachin já liberou a ação da ANPR contra o inquérito para a análise do plenário, mas ainda não há previsão de quando o caso vai ser discutido pelo colegiado.

Segundo o Estado/Broadcast apurou, Toffoli deve aguardar a conclusão das in-

vestigações do inquérito instaurado para levar o tema para análise dos colegas.

A apuração só deve ser encerrada em meados de janeiro de 2020.

#### Receita

Foi no âmbito do inquérito das fake news que o relator, ministro Alexandre de Moraes, determinou a suspensão imediata de todos os procedimentos investigatórios instaurados na Receita Federal envolvendo 133 contribuintes que entraram na mira do órgão por indícios de irregularidades, informou a assessoria da Corte.

Alexandre também decidiu afastar temporariamente dois servidores da Receita por "indevida quebra de sigilo". Wilson Nelson da Silva

e Luciano Francisco Castro.

Conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo em fevereiro deste ano, a Receita Federal incluiu a advogada Roberta Maria Rangel, mulher do ministro Dias Toffoli, presidente do STF, e a ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, entre contribuintes alvo de apuração preliminar por indícios de irregularidades tributárias.

Foi a mesma investigação que atingiu o ministro do STF Gilmar Mendes e sua mulher, Guiomar Feitosa.

Na época, Gilmar disse que a Receita "não pode ser convertida numa Gestapo", em referência à polícia do regime nazista que investigava e torturava opositores de Adolf Hitler.

### FILHO NA EMBAIXADA

## Lewandowski rejeita ação contra indicação de Eduardo

**RAFAEL MORAES MOURA**  
Estádio Conteúdo, Brasília

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem uma ação movida pelo partido Cidadania contra a indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, à embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Para o Cidadania, a indicação de Eduardo para o posto nos EUA seria "flagrante nepotismo", já que o parlamentar não seria "qualificado" ao cargo.

A legenda afirma que há "patente inexperiência e ausência de qualificação profissional" para o filho de Bolsonaro assumir o cargo de embaixador.

Na decisão, Lewandowski apontou questões técnico-jurídicas e não chegou a analisar o mérito da indicação de Eduardo Bolsonaro — ou seja, se o caso se enquadra como nepotismo ou não. Para o ministro, o Cidadania não tem legitimidade para contestar a indicação do filho do presidente via mandado de segurança (um tipo de classe processual), uma vez que o partido acabou por postular, em nome próprio, a defesa de interesses "difusos" da população brasileira.

"O plenário do STF já se pronunciou no sentido de negar legitimação universal ao partido político para impetrar mandado de segurança coletivo destinado à proteção jurisdicional de direitos ou de interesses difusos da sociedade civil", observou o ministro.

### MOBILIDADE

## Rui Costa apresenta o projeto do VLT na CMS

**RAUL AGUILAR**

A convite do presidente da Câmara Municipal de Salvador (CMS), Geraldo Júnior (SD), o governador Rui Costa (PT) apresentou à Casa, ontem, o projeto do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), que ligará o Comércio à Ilha de São João, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador.

Durante a apresentação, o governador destacou a extensão da via e a capacidade do veículo, que terá 20 km e deverá transportar cerca de 150 mil pessoas por dia, passando por 22 estações. Segundo Rui, o equipamento deverá ser integrado à cidade, tendo tarifa igual à praticada no sistema de transporte de Salvador, atualmente no valor de R\$ 4. "Com o VLT, o povo pagará a mesma tarifa para andar em um equipamento sofisticado, que dentro de alguns minu-

### Rui falou da extensão da via e a capacidade do modal, que terá 20 km e deverá transportar cerca de 150 mil pessoas por dia

tos o levará ao metrô, ônibus ou ao seu destino final. Ele será integrado aos modais em funcionamento e não haverá redução das linhas de ônibus, como foi questionado por alguns vereadores", pontuou.

Rui Costa revelou que haverá uma requalificação de toda área de domínio da li-



Fernando Vivas (Gov-BA) / Divulgação

nhia do trem, e que no local será instalado um parque linear, com ciclofaixas, espaço para caminhada e áreas de lazer para crianças e idosos.

O presidente da Casa, Geraldo Júnior, avaliou a presença do governador na Câmara. "O governador Rui Costa, que é um ex-vereador, ao nos visitar hoje, demonstrou de-

ciência e respeito ao parlamento. Ele apresentou o projeto do VLT e esclareceu várias dúvidas dos vereadores, com paciência. Este evento mostra a importância da Câmara para a cidade. Independente de posições partidárias ou ideológicas, queremos o avanço da mobilidade no município", afirmou Geraldo.

O vereador José Trindade (PSL) elogiou a visita do governador e destacou o papel de fiscalização que os vereadores exercem sobre a cidade.

"A presença do governador na Câmara reforça a atenção que eletos para a cidade de Salvador. E nós, vereadores, representamos de forma

### Rui falou a convite de Geraldo Jr., presidente da Casa

plural à cidade. Essa interlocução com a Prefeitura de Salvador e com o Governo do Estado serve para levarmos as demandas das comunidades para esses poderes, somos os fiscais de qualquer coisa que acontece em Salvador", afirmou Trindade.

A vereadora e líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, Marta Rodrigues, definiu a visita como um ato de humildade.

"Rui Costa foi vereador e conhece bem essa Casa. O VLT é uma proposta de mobilidade importante para Salvador; ele irá nos integrar à região metropolitana. Eu fiquei impressionada com o poder de síntese do governador ao apresentar o projeto, e com a humildade de, após explicar, ficar para ouvir sugestões e responder todas as dúvidas dos vereadores. Isso mostra como é que um gestor público deve agir", ressaltou Marta.

### CÂMARA

## Comissão fará audiência para debater intervenções na Ancine

**DA REDAÇÃO**

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou ontem um requerimento apresentado pela deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) para realização de audiência pública para debater os impactos das iniciativas do governo federal que afetam diretamente o setor do audiovisual e cinema, bem como a Agência Nacional do Cinema - Ancine.

Entre as justificativas para

a realização da audiência está a exclusão de cineastas brasileiros da nova composição do Conselho Superior do Cinema; e a criação de novas regras para a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), determinando que o valor máximo por projeto incentivado cairá de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão, com teto de R\$ 10 milhões anuais para os proponentes com até 16 projetos ativos.

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro assinou decreto

que retira o Conselho Superior do Cinema do Ministério da Cidadania para o da Casa Civil. Além disso, o governo também sinalizou pela transferência da sede da Ancine do Rio de Janeiro para Brasília. "O próprio presidente chegou a dizer que pretendia impor algum filtro nas produções audiovisuais brasileiras, o que provocou críticas entre cineastas e artistas e temor de volta à censura na produção cultural", afirma a parlamentar em seu requerimento.

### REVIRAVOLTA

## Sargento vira réu por estupro de militante durante a ditadura

**ESTÁDIO CONTEÚDO**  
São Paulo

O sargento reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro de Lima, conhecido como "Camarão", se tornou réu por crimes cometidos durante a ditadura militar. Ele é acusado por sequestro qualificado e estupro (duas vezes) de Inês Etienne Romeu no imóvel conhecido como "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ). Os crimes teriam ocorridos em 1971, se-

gundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF).

A denúncia foi aceita ontem pela Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2) após recurso do Ministério Público Federal de Petrópolis e atuação do MPF na 2.ª Região (RJ/ES).

Em decisão por maioria (dois votos a um), a Primeira Turma al aceitou recurso do MPF contra a decisão da 1.ª Vara Federal Criminal de Petrópolis, que havia rejeitado a

denúncia sob as alegações de que a conduta do militar foi alcançada pela Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) e que teria sido extinta a possibilidade de punição, pois os crimes estariam prescritos desde 1983.

Ontem, a desembargadora federal Simone Schreiber e desembargador em exercício Gustavo Arruda Macedo divergiram do relator do processo, desembargador Paulo Espírito Santo, que tinha votado anteriormente contra o recurso do MPF.